



PROPOSIÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE - MG.

Viviane Reis Macedo Araújo (Instituto Interagir)

vivianemrambiental@yahoo.com.br

Jorge Luiz dos Santos (UNEC-MG)

jgalo@uai.com.br

Alessandro de Sá (Instituto Interagir)

asgeotur@yahoo.com.br

Emerson Diniz Pacheco (UNEC-MG)

emersondpacheco@yahoo.com.br

Nilcéia Maria da Silva (UNEC-MG)

nilceiamsilva@hotmail.com

A leste do estado de Minas Gerais, Brasil, em terras dos municípios de Timóteo, Marliéria e Dionísio, está localizado o Parque Estadual do Rio Doce (PERD). Criado em 1944, o parque possui, ainda, como circunvizinhos outros seis municípios que, de forma efetiva, também contribuem com as pressões exercidas sobre esta Unidade de Conservação (UC). Os nove municípios do entorno do PERD têm parte de suas comunidades muito próximas ao parque e, frequentemente, surgem conflitos de interesses que por vezes têm que ser administrados por agentes públicos relacionados com a gestão da UC. A equipe do parque é bem estruturada para receber turistas e prestar serviços como educação e interpretação ambiental, recreação, monitoramento e controle florestal, coleta de sementes e produção de mudas, fomento florestal e pesquisa. Por outro lado, o PERD enfrenta, constantemente, situações conflitantes, como: problemas fundiários; caça e pesca fora da lei; estradas intermunicipais; incêndios; vandalismo e expansão urbana. Diante do exposto, o presente trabalho, vem propor um Programa de Educação Ambiental, tendo como público alvo as comunidades residentes no entorno do PERD, diagnosticando suas principais potencialidades e demandas, visando promover a sensibilização, organização, mobilização e conscientização destes grupos sociais. Para tanto, serão efetuadas pesquisa bibliográfica e documental; utilizada a técnica do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e realizadas oficinas com as comunidades envolvidas. Neste sentido, espera-se que haja mobilização dos diversos

agentes sociais para participação na gestão dos pontos de conflitos do Parque Estadual do Rio Doce, principalmente àqueles relacionados à questão fundiária.

Palavras-chaves: Unidade de Conservação, Educação Ambiental, Diagnóstico Rápido Participativo

1. INTRODUÇÃO

O Parque Estadual do Rio Doce (PERD), criado pelo Decreto Estadual N° 1.119, de 14 de julho de 1944, é uma Unidade de Conservação (UC) posicionada, conforme o SNUC (BRASIL, 2000), dentro da categoria Unidade de Proteção Integral, cujo principal objetivo é a preservação do meio ambiente (MINAS GERAIS, 1944). Esta sexagenária UC destaca-se por ser o maior parque do estado de Minas Gerais e por ser parte do sistema lacustre do Médio Vale do Rio Doce composto por 158 lagos que, associados à vegetação nativa da região, constitui-se numa das maiores áreas de remanescentes do bioma Mata Atlântica do país.

O PERD possui árvores centenárias, vegetação rica em espécimes nobres de grande porte e uma infinidade de animais silvestres. Com uma notável rede lacustre, composta por aproximadamente quarenta e duas lagoas naturais, dentre as quais se destaca a Lagoa Dom Helvécio, com 6,7 km² de espelho d'água e profundidade de até 32,5 metros. As lagoas abrigam uma grande diversidade de peixes, que servem de importante fonte para estudos e pesquisas da fauna aquática nativa. Mamíferos como a capivara, anta, macacos-prego, sauá, paca e cotia, bem como espécies ameaçadas de extinção como a onça pintada, o macuco e o mono-carvoeiro são animais conhecidos da fauna brasileira que também são frequentes nesta UC.

Segundo o Plano de Manejo do PERD, consta que é permitido o seu uso público em atividades como banho, caminhada, camping, passeio de barco, observações astronômicas, trilha, teatro e pesca. A equipe do parque, entre outros afazeres, também se ocupa com atividades voltadas para educação e interpretação ambiental, recreação, monitoramento e controle florestal, coleta de sementes e produção de mudas, fomento florestal e pesquisa. Entretanto, apesar de possuir experiência e a maior infra-estrutura do estado para lidar com o público, o parque admite diversas atividades conflitantes: problemas fundiários; caça e pesca predatória; estradas intermunicipais; incêndios florestais; vandalismo e expansão urbana (IEF, 2002).

Justifica-se este trabalho devido à importância ecológica que o PERD representa com seus atributos físicos e bióticos; e em função do alto grau de ameaça decorrente das pressões antrópicas dentro e no seu entorno, torna-se urgente a elaboração de mecanismos de gestão que lhe garantam de fato sua condição de Unidade de Conservação. Neste sentido, a equipe aqui constituída, propõe um programa de Educação Ambiental, voltado para suas comunidades residentes em seu entorno, com o intuito de contribuir com a gestão dos objetivos conservacionistas e preservacionistas do PERD.

1.1 Área de Estudo

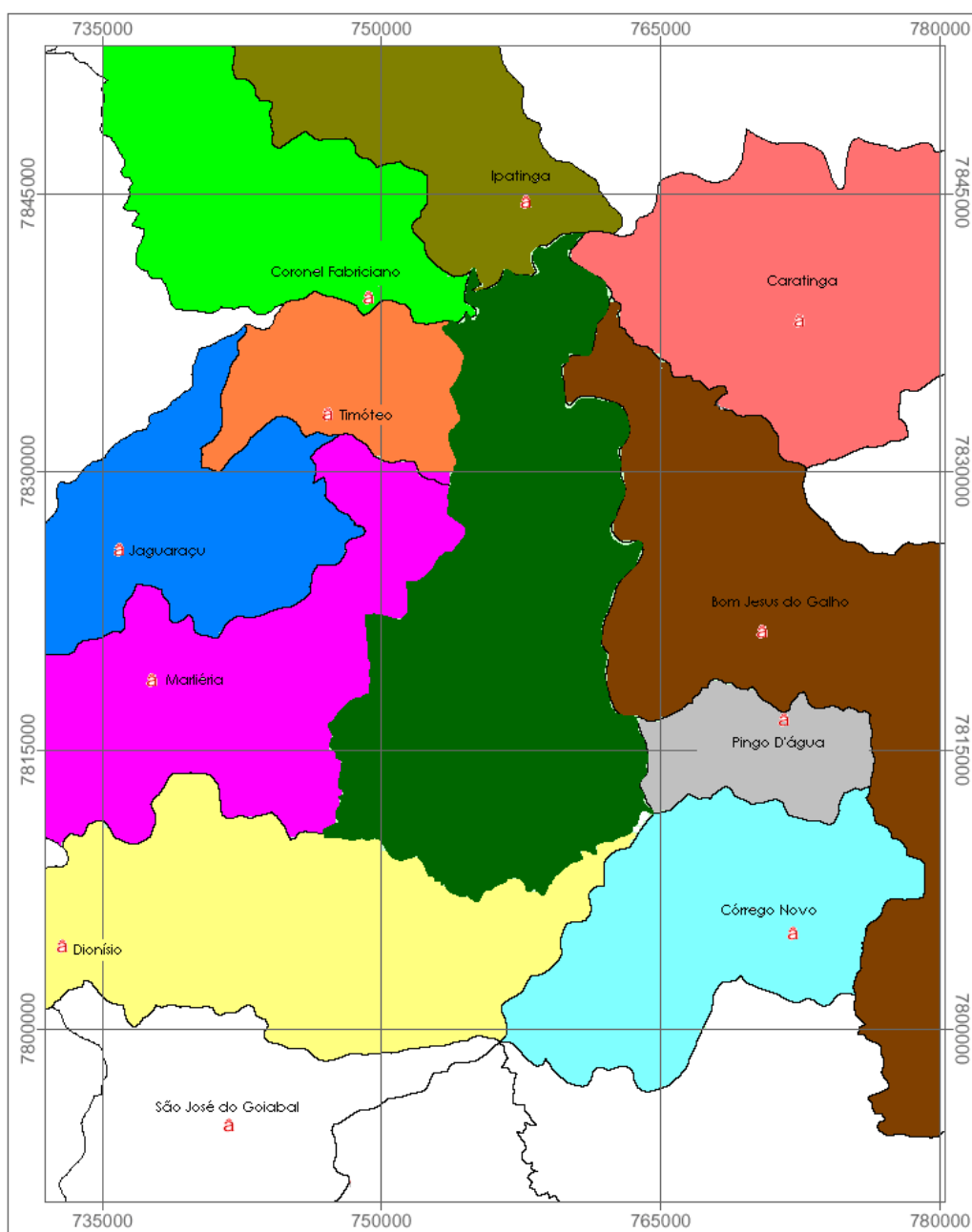
Na área de estudo em questão o Parque Estadual do Rio Doce prevalecem duas formas de relevo: as colinas, em sua maioria convexas, originadas da dissecação fluvial de superfícies de aplainamento (datadas do Terciário Superior e Pleistoceno) e as planícies. As classes de relevo encontram-se assim distribuídas: ondulado 21,1%; forte-ondulado 39,9% e forte ondulado-montanhoso 34,1 % (SIF, 1990).

O PERD possui a superfície de 35.976.43 (Trinta e cinco mil, novecentos e setenta e seis hectares e quarenta e três ares), tendo aproximadamente 120 Km de perímetro. Os municípios que abrangem o Parque e seus respectivos percentual sobre a área municipal, correspondente à UC são os municípios de Timóteo com 14,1%, Dionísio com 2,6% e Marliéria com 83,3%. As Coordenadas Geográficas de onde se situa o PERD são entre os meridianos 42° 38'W e 48° 28'W e os paralelos 19° 45'S e 19° 30'S. Seu bioma é o da Mata Atlântica e seu ecossistema corresponde a Floresta Estacional Semidecidual (IEF, 2002).

Segundo Mello (1997), a região em que está localizado o Parque Estadual do Rio Doce faz parte da Província Estrutural Mantiqueira, está inserido na “Depressão Interplanáltica do Vale do Rio Doce”, importante feição fisiográfica do Sudeste brasileiro, que compreende uma depressão alongada, com cerca de 200 km de comprimento e 50 km de largura, orientada em uma direção geral NNE-SSW.

O conjunto lacustre do Parque do Rio Doce é o terceiro mais importante do Brasil e suas características físicas são peculiares. O Parque está localizado em uma depressão entre as

Serras do parque Jacroá e Jaguarau. Seu entorno compreende os municípios de Ipatinga, Caratinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Jaguarau, Marliéria, Dionísio, Pingo D' Água, Bom Jesus do Galho (Figura 1).



PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE - LOCALIZAÇÃO NA REGIÃO

Mapa adaptado do Plano de Manejo

• Sede
 ■ Área do Parque

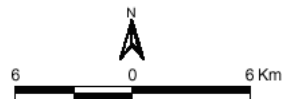


FIGURA 1 – Localização do Parque Estadual do Rio Doce e seu entorno. (Fonte: IEF, 2002)

Seu bioma é o da Mata Atlântica e o seu ecossistema corresponde a Floresta Estacional Semidecidual que se encontra em vários estágios de sucessão. O PERD se constitui na atualidade no maior remanescente contíguo de mata atlântica em Minas Gerais. Foram listadas 1129 espécies pertencentes a 134 famílias (IEF, 2002).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Desenvolver um Programa de Educação Ambiental, dirigido às comunidades residentes no entorno do PERD, diagnosticando suas principais potencialidades e demandas, visando promover a sensibilização, organização, mobilização e conscientização destes grupos sociais para participação na gestão dos pontos de conflitos desta Unidade de Conservação, sobretudo os relacionados à questão fundiária.

2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, têm-se como objetivos:

- Identificar e caracterizar as comunidades do entorno ao PERD, bem como examinar a percepção da população acerca das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades referentes ao relacionamento com o parque;
- Identificar e caracterizar as instituições públicas ou privadas com interesses na unidade de conservação, bem como avaliar seu envolvimento com o parque;
- Elaborar material didático-pedagógico, a partir das demandas diagnosticadas, que possam contribuir com o atual e futuros trabalhos relacionado à Educação Ambiental;
- Realizar oficinas temáticas com a população da área de estudo, a partir das demandas diagnosticadas, que possam contribuir para informação, mobilização e conscientização a favor de soluções para as atividades conflitantes do PERD e;
- Propor diretrizes, sob a perspectiva dos agentes sociais envolvidos neste projeto e os gestores do parque, através de atividades que aproximem a comunidade com a realidade do mesmo, promovendo a consolidação do projeto em questão.

3 PÚBLICO ALVO

O Programa de Educação Ambiental nas Comunidades do Entorno do Parque Estadual do Rio Doce apresenta o seguinte público alvo:

- 3.1 - A pesquisa de percepção ambiental através da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo “DRP” consiste como público alvo as comunidades localizadas no entorno do PERD, tais como: Líderes comunitários, associações de bairros, igrejas, educadores, comerciantes, produtores rurais, instituições públicas e privadas.

Pela metodologia descrita no programa de educação ambiental utilizando o método DRP, em cada comunidade proposta pelo projeto o público alvo será determinado por um grupo de vinte a trinta representantes, correspondendo no final da aplicação nos nove municípios com um público alvo de aproximadamente duzentos e setenta pessoas.

3.2 – As oficinas de educação ambiental consiste como público alvo os educadores, coordenadores e diretores das escolas das comunidades do entorno do PERD.

Pela metodologia descrita no programa de educação ambiental com o propósito de promover oficinas de educação ambiental para educadores, coordenadores e diretores das escolas do entorno, o programa pretende alcançar aproximadamente duzentos e setenta profissionais vinculados ao processo de educação.

4 METODOLOGIA

Os dados que subsidiarão o Programa de Educação Ambiental serão coletados através de diferentes métodos e técnicas de pesquisa, tais como: 1. pesquisa bibliográfica e documental: Prefeituras Municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), EMATER, IEF, PERD, IBGE, bibliotecas de universidades, jornais, mapas, prospectos e boletins, relatórios das instituições e *site* da *internet*. 2. pesquisa de campo: Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Em relação às perspectivas e demandas dos atores sociais, especificamente buscar-se-á conhecer as seguintes questões: a interação entre a comunidade residente no entorno e o PERD; priorizando identificar atividades conflitantes destes com as normas do parque; percepção das instituições que atuam na região sobre os pontos de conflitos relacionados ao PERD; identificar atividades contextualizadas de Educação Ambiental no ambiente escolar aliada a realidade do parque.

Visando cumprir os objetivos serão adotadas 8 metas e com diferentes atividades realizadas ao longo de um cronograma de 12 meses (Anexo I), as quais apresentam métodos

distintos para obtenção e mensuração de variáveis. A estrutura de uma planilha financeira para o programa está descrita no anexo II.

Meta 1 – Pesquisa e Análise Documental

Atividades:

- 1.1 - Realizar-se-á pesquisa e análise documental, assim como visitas técnicas à área de estudo, de modo a obter informações relativas aos aspectos físicos e humanos, grupos e instituições diretamente ligados à mesma (GIL, 1987; LUDKE e ANDRÉ, 1986).
- 1.2 – Avaliação dos boletins e prospectos informativos, jornais, mapas, decretos e relatórios técnicos de organizações públicas e privadas. As informações factuais identificadas nestes documentos fundamentarão e consolidarão os dados obtidos nos demais métodos utilizados nesta pesquisa.

Meta 2 – Articulação com lideranças e promoção do Programa de Educação Ambiental

Atividade:

- 2.1 – Identificação das principais lideranças que têm efetiva atuação e reconhecimento em cada comunidade, tendo-os como aliados na execução das atividades do projeto.

2.2 - Produção de folders informativos, com o objetivo de informar, sensibilizar e mobilizar a participação da comunidade no Programa de Educação Ambiental. O material será direcionado para instituições de ensino, órgãos públicos, imprensa, instituições promotoras da cultura e às comunidades residentes no entorno do PERD.

O folder será confeccionado em tamanho 20x15cm, 4x4 cores, tinta escala em *Couché* Liso 115g. Fotolito Incluso.

Meta 3 – Pesquisa de Percepção Ambiental (Diagnóstico Rápido Participativo - DRP)

Atividade:

3.1 - Realização do DRP, que permitirá o primeiro contato direto com a população, residente no entorno do PERD.

Através do DRP, pretende-se identificar, a partir das lideranças locais, a leitura da população em relação aos aspectos negativos e positivos da proximidade do PERD com as comunidades, assim como sugestões a serem consideradas à gestão do Plano de Manejo do parque.

A dinâmica de funcionamento do método DRP consiste na promoção de encontros presenciais onde os participantes expressam sua opinião, discutem e aprovam, em plenária, informações sobre um tema foco, embasado na análise qualitativa das forças, fraquezas e potencialidades de um sistema (empresa, instituição ou região geográfica). Esse método, denominado *SWOT* (*Strenght, Weakness, Opportunity, Threat*), consiste em uma técnica para elaboração de diagnósticos (REZENDE e CASTOR, 2005). O método *SWOT* procura descrever as forças ou pontos fortes (*strenght*), as fraquezas ou pontos fracos (*weakness*), além das oportunidades (*opportunity*) e ameaças ou riscos (*threat*) de um projeto, empreendimento, plano ou atividade.

O método será aplicado no lugar mais representativo das comunidades do entorno do PERD, tendo como local específico aquele que proporcionar melhor satisfação aos participantes.

A aplicação do método contará com um mediador e a participação de auxiliares (relatores e fotógrafo). Para a realização da atividade, inicialmente os participantes receberão informações sobre Unidades de Conservação (UCs), direitos e restrições que acompanham a criação das UCs.

Tomando por base os trabalhos de Loreto e Oliveira (2006) se procurará dialogar com a população local e suas lideranças formais e informais, a respeito dos principais problemas vivenciados pelas mesmas, sobre as potencialidades ou oportunidades que a proximidade do PERD lhe oferecem e as possíveis sugestões a serem incorporadas ao Plano de Manejo.

Meta 4 – Elaboração de Material Didático-Pedagógico

Atividade:

- 4.1 – Elaboração e produção de cartilhas, a partir dos dados coletados nas etapas anteriores, cujo conteúdo abordará temas relacionados aos direitos, responsabilidades e compromissos que o público deve ter em relação às Unidades de Conservação, sobretudo as de Proteção Integral como os parques.

Descrição do produto cultural: a cartilha terá conteúdo didático-pedagógico e acessível a um público variado. Será constituída com linguagem simples e objetiva e terá como principal objetivo ser veículo de informação sobre a importância e necessidade da existência de uma Unidade de Conservação como o PERD e sobre a importância da preservação deste patrimônio natural para sociedade. A cartilha será colorida e confeccionada da seguinte forma: Capa {tamanho 20x15 cm, 4x0 cores, tinta escala em *couché* liso 170g, fotolito incluso}. Miolo {30 páginas, 20x15cm, 1x0 cores, *couché* liso, 115g, fotolito incluso, dobrado grampeado}.

O material produzido será vital para as atividades e oficinas que compõem o programa proposto.

Meta 5 – Realização de Oficinas Temáticas

Atividade:

- 5.1 – Aplicação de oficinas temáticas, elaboradas em função dos dados coletados nas etapas anteriores, que abordarão assuntos relacionados aos direitos, responsabilidades e compromissos que o público deve ter em relação às Unidades de Conservação, sobretudo as de Proteção Integral como os parques.

As atividades serão realizadas dentro das comunidades selecionadas e terão caráter formador de multiplicadores dos princípios ambientais apresentados. Em conformidade com a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, as atividades serão constituídas de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, que caso deste programa, terá como área de atuação os domínios do PERD (BRASIL, 1999).

Meta 6 – Monitoramento do Desenvolvimento

Atividades

- 6.1 – Relatórios mensais para registro das atividades.
- 6.2 – Reuniões mensais da equipe de trabalho.

Serão feitos relatos consistentes apresentando a atuação do grupo de trabalho e o desenvolvimento do projeto. Assim, as atas das reuniões de discussão do projeto, os relatórios de atividades desenvolvidas pelo grupo no âmbito da estrutura da equipe técnica e, especialmente, com o público alvo do projeto são essenciais e serão registradas periodicamente no livro de atas.

As reuniões periódicas da equipe de trabalho terão caráter avaliativo, de acompanhamento e controle das ações previstas e dos resultados preliminares. Estes instrumentos serão fundamentais para análise, discussão e solução de eventuais problemas, evitando assim atrasos no cronograma proposto.

Meta 7 – Avaliação do Desempenho (indicadores específicos)

Atividades

7.1 – Reunião de avaliação do desenvolvimento do projeto e da atuação da equipe técnica de trabalho.

A avaliação de desempenho corresponderá à análise sistemática do desempenho técnico-profissional da equipe constituída em função das atividades realizadas, dos objetos propostos, das metas estabelecidas, dos resultados alcançados e do seu potencial de desenvolvimento das proposições elaboradas.

Os indicadores específicos utilizados nesta avaliação serão:

- DRP: lista de presença, relatório da dinâmica e registro fotográfico;
- Material didático-pedagógico: qualidade do conteúdo e qualidade do trabalho gráfico;
- Oficinas temáticas: lista de presença, relatório das oficinas e registro fotográfico;
- Relatório e registro fotográfico das visitas de campo;
- Relatório das pesquisas biográficas e documentais;
- Relatório e balanço da logística de locomoção
- Relatório e balanço contábil do movimento financeiro;
- Relatório final: qualidade do texto narrativo e zelo quanto à coerência e a coesão.

Meta 8 – Elaboração do Relatório final e Proposição de Diretrizes

Atividade

8.1 – Na etapa final do programa, os dados coletados dos atores sociais (comunidade e instituições) e os resultados das ações realizadas serão analisados, objetivando a sua consideração na elaboração do relatório final e na proposição de diretrizes ao Plano de Manejo do parque.

5 ATRIBUIÇÕES E CONTRAPARTIDA DAS INSTITUIÇÕES

A importância de realizar um trabalho de pesquisa multidisciplinar em parceria com demais instituições se dá na medida em que cada uma delas irá contribuir com sua especificidade e possibilitar trocas de experiências e aprimoramento do conhecimento.

5.1 – Secretaria de Estado de Educação – SEE/MG

A Superintendência Regional de Ensino terá a responsabilidade de mobilizar professores, coordenadores, diretores para oficinas de educação ambiental das comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Doce.

5.2 – EMATER/IEF/PERD/Polícia Ambiental - PMMG

Estas instituições participarão do projeto cedendo profissionais técnicos para acompanhar, avaliar e monitorar as oficinas.

5.3 – Instituições de Ensino Superior

As instituições participarão auxiliando na pesquisa, produção, diagramação e ilustração da cartilha didática, o qual será doado para o público alvo do projeto.

6 CONCLUSÃO

O Parque Estadual do Rio Doce se localiza em uma região que se caracteriza por ser o terceiro maior ecossistema lacustre do Brasil e devido a esse importante atributo ambiental está prestes a ser inserido na lista internacional de *Sítios Ramsar*. Toda a região a sua volta possui 150 lagoas naturais, sendo 40 delas dentro de seus limites. Essa Unidade de Conservação, criada em meado do século XX, é conhecida e muito procurada por proporcionar ao seu visitante um espetáculo de rara beleza, com lagoas que abrigam uma grande diversidade de peixes que servem de importante instrumento para estudos e pesquisas da fauna aquática nativa.

O PERD configura-se como importante reserva genética pela quantidade de espécies que protege, sendo que diversas destas estão ameaçadas de extinção segundo fontes oficiais. Em suas matas encontra-se com frequência animais como o Macuco, o Mono-Carvoeiro e a Onça-Pintada, e espécimes da flora, como o Jacarandá-da-baia e a Canela-sassafrás.

Esta Unidade de Conservação, inserida na região do Vale do Aço, leste do Estado de Minas Gerais, tem nove municípios como circunvizinhos que lhe exercem forte pressão antrópica. Há registros de inúmeros conflitos socioambientais como a caça e pesca predatória; incêndios criminosos; vandalismo, construções irregulares de imóveis e, principalmente, problemas fundiários.

Obviamente que muitos destes problemas são resolvidos na esfera judicial, entretanto, faz-se necessário pensar em estratégias que funcionem como medidas preventivas dos conflitos. Neste sentido, surge esta formidável ferramenta que é educação ambiental.

Uma análise mais profunda nas infrações associados ao PERD e a comunidade do entorno revela que grande parte dos conflitos está relacionada à desinformação e/ou à uma cultura ultrapassada anti-conservacionista. Torna-se necessário, com isto, a aplicação de ações que estimulem o desenvolvimento de uma consciência ambiental, muito além do apenas ecológico, mas também visando às questões histórica, social, cultural e econômica associada relacionada às experiências e sobrevivências do homem. É, justamente, nestes aspectos que se faz útil este projeto como um instrumento de abordagem, sensibilização e detonador de posturas mais coadunadas como os conceitos de preservação do parque.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 19 de julho de 2000.

BRASIL. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 27 de abril de 1999.

IEF. **Informações Gerais da Unidade de Conservação: Parque Estadual do Rio Doce - PERD.** Belo Horizonte, 2002. (Encarte 1 do Plano de Manejo do PERD)

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1987.

LORETO, M.D.S.; OLIVEIRA, I.A.O. **Plano Diretor Participativo Nanuque/MG: diagnóstico socioeconômico.** Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MELLO, C. L. **Sedimentação e Tectônica Cenozóica no Médio Vale do Rio Doce (MG, Sudeste do Brasil) e suas implicações na evolução de um sistema de lagos.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.

MINAS GERAIS. **Decreto - Lei nº 1.119, de 14 de julho de 1944.** Cria o Parque Estadual do Rio Doce. Belo Horizonte, 14 de julho de 1944.

REZENDE, D.A; CASTOR, B.V.J. **Planejamento Estratégico Municipal – Empreendedorismo Participativo nas Cidades, Prefeituras e Organizações Públicas.** Rio de Janeiro. Brasport, 2005, 123p.

SIF - Sociedade de Investigações Florestais. **Plano Diretor do Parque Florestal Estadual do Rio Doce –Programa Pró-Floresta.** Viçosa, MG, 1990. Texto não publicado.

ANEXO I

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO RESUMIDO – ETAPAS, DATAS DE INÍCIO E DURAÇÃO EM DIAS				
Ordem	Etapas	Início	Duração	
			Término	Duração em dias
1	PRÉ-PRODUÇÃO: Elaboração do projeto (Pesquisa bibliográfica, visita de campo e produção de texto)	01/01	01/02	30
2	Apresentação de Plano de Trabalho	01/02	05/02	05
3	Definição de Público Alvo (visita de campo, identificação das comunidades, identificação das escolas e identificação das lideranças locais).	06/02	06/05	120
4	Pesquisa bibliográfica e documental (Prefeituras Municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), EMATER, IEF, PERD, IBGE, bibliotecas de universidades, jornais, mapas, prospectos e boletins, relatórios das instituições e <i>site</i> da <i>internet</i>).	06/02	06/05	120
5	Pesquisa de Percepção (Diagnóstico Rápido Participativo). Definição do local, mobilização dos participantes e aplicação da metodologia.	06/02	06/05	120
6	- Análise, discussão dos dados da pesquisa de percepção. - Elaboração e produção do material didático-pedagógico (Em parceria com o UNILESTE/MG)	07/05	07/07	60
7	Elaboração das oficinas temáticas	08/07	25/07	17

	-Mobilização com as instituições parceiras (SEE, EMATER/MG, IEF, PERD, PMMG).			
8	-Aplicação das oficinas capacitação de educação ambiental - Distribuição de material didático para educadores e instituições de ensino do entorno do PERD.	26/07	26/11	210
9	Produção do relatório final e prestação de contas do projeto.	27/11	31/12	34

ANEXO II

DESCRIÇÃO DA PLANILHA FINANCEIRA DO PROJETO

1 Pré-produção: referem-se à elaboração do projeto técnico e financeiro, previsão de custos com reuniões, pesquisas, trabalhos de campo e entrevistas;

2. Produção e equipe do projeto:

2.1 Compete a coordenação geral do projeto:

- Coordenar o projeto em toda sua dimensão, orientando a equipe de profissionais envolvidas, organizando toda a logística referente aos trabalhos de campos;
- Produção de relatório parcial dos diagnósticos e das capacitações de educação ambiental;
- Mobilização das instituições parceiras (Emater/MG, IEF, PERD, SRE, Policia Ambiental);
- Produção do relatório final;
- Supervisão da produção do material didático;
- Distribuição do material didático;
- Prestação de contas do projeto juntamente com o responsável financeiro.

2.2 Compete aos pesquisadores do diagnóstico/percepção ambiental:

- Realizar uma aplicação do diagnóstico/percepção ambiental nos nove municípios propostos ao projeto. Para o desenvolvimento dessa etapa será necessário os seguintes procedimentos:

2.2.1 Serão necessárias três visitas em cada comunidade para cumprir cada diagnóstico:

Primeira visita à comunidade:

- Identificar o local apropriado para aplicar o questionário (igreja, escola, associações);
- Identificar as lideranças locais, tais como: Líder comunitário, presidente de associação de bairros, comerciantes, produtores rurais, profissionais da educação, agentes de segurança pública, agentes da saúde, enfim, representantes de todos os atores envolvidos na comunidade que se encontram no entorno do PERD.

Segunda visita à comunidade:

- Divulgar e convidar os atores envolvidos para participarem do diagnóstico de percepção ambiental. Nesse momento os folders serão direcionados para o público alvo do diagnóstico, contendo data, horário, local e os objetivos do diagnóstico.

Terceira visita à comunidade:

- Aplicação da metodologia “DRP” – Diagnóstico Rápido Participativo, essa dinâmica é eficiente para trabalhos dessa natureza, a metodologia aplicada é reconhecida cientificamente por vários pesquisadores, instituições técnicas e científicas. O “DRP” será aplicado em um espaço que possa comportar um grupo de 20 a 30 pessoas, a equipe estará equipada com recursos didáticos (mapas, caneta, lápis, cartolina, tesoura e recursos de audiovisual).

2.3 Compete aos educadores ambientais:

Realizar duas capacitações de educação ambiental em cada um dos nove municípios propostos ao projeto utilizando os seguintes procedimentos e informações sobre o material didático:

- O público das capacitações serão professores do Ensino Fundamental e Médio;

- Através da formalização da parceria com a “SEE” – Secretária de Estado de Educação cabendo a mesma a responsabilidade de designar aos professores um dia de capacitação com a equipe do projeto a ser realizado em cada município proposto. Através de um termo de compromisso entre direção da escola e “SEE” os professores das disciplinas de Ciências, Biologia, Geografia e História serão dispensados de suas aulas e convocados a participarem de duas capacitações com um período total de oito horas em um local e data determinado pela coordenação do projeto em comum acordo com a “SEE”.

- As capacitações seguirão os procedimentos:

A primeira capacitação a ser realizada trará como proposta abordar os conflitos ambientais das comunidades do entorno com a questão fundiária do PERD;

A segunda capacitação trará como proposta contextualizar a importância do PERD dentro de um contexto ambiental, cultural, econômico e climático;

- O material didático (cartilha) será distribuído gratuitamente para todos os professores e bibliotecas públicas das comunidades do entorno. A cartilha com aproximadamente 30 páginas será ilustrada com caráter didático e informativo, constará com um sumário e referência bibliográfica nos termos da resolução do SNUC, CONAMA E MMA relatando sobre educação e conservação ambiental.